

**CRISE DE 1929 E ALIANÇA LIBERAL: OS RUMOS DA ECONOMIA
BRASILEIRA NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XX E A
MOBILIZAÇÃO POLÍTICA PARA AS ELEIÇÕES DE 1930**

***1929 CRISIS AND THE LIBERAL ALLIANCE: THE WAYS OF
BRAZILIAN ECONOMY IN THE EARLY TWENTY CENTURY AND
POLITICAL MOBILIZATION TOWARDS 1930 ELECTION***

José Eliomar Filho^{1*}

RESUMO

Análise de uma década referente às questões econômicas e políticas que influenciaram no surgimento da Aliança Liberal na crise de 1929. A República Velha que se inicia no fim do século XIX sob o controle de paulistas e mineiros baseada na comercialização do café para o mercado externo fez o Brasil apresentar um considerável grau de dependência econômica, além de influenciar numa postura mais liberal. Setores importantes da política nacional, de estados considerados intermediários, como o Rio Grande do Sul, desafiam esse posicionamento político-econômico de São Paulo e Minas Gerais buscando influenciar o cenário com um programa econômico mais ortodoxo, menos liberal e voltado ao mercado interno. Nesse contexto, emerge Getúlio Vargas como o nome escolhido para representar a Aliança Liberal nas eleições de 1930, conquistada a partir de um golpe.

PALAVRAS-CHAVE: Ortodoxia. República Velha. Aliança Liberal.

ABSTRACT

This study aims to investigate a period related to political and economic issues that influenced the emerging of Liberal Alliance in Brazil during the 1929 crisis. The Old republic had its beginning in the late nineteenth century under the control of two main Brazilian southern states, São Paulo and Minas Gerais, which focused on the Brazilian coffee trading exclusively to the external market. This decision pushed Brazil not only assume a new liberal stance but also it became hostage of world's developed economies. Important states of national politics, like the intermediaries, such as Rio Grande do Sul, challenged this new political-economic scenario from São Paulo and Minas seeking for the new orthodox economic program that focused on the internal market. In this context, Getúlio Vargas was the politician chosen to represent the Liberal Alliance in the 1930's elections that was conquered by government overthrow.

KEYWORDS: Coffee. Liberalism. Orthodoxy. The Old Republic. Liberal Alliance.

^{1*} Especialista em História Social e Econômica do Brasil pela Faculdade São Bento da Bahia. Professor da rede municipal de Camaçari-BA. jeliomarfilho@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A intenção desse trabalho é estabelecer um recorte do período a partir de um panorama político, mas buscando relacionar com os rumos que a economia brasileira atravessou ao longo da década. A crise econômica a partir da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque², a partir de um olhar geral, em 1929, mas alertas foram sendo emitidos ao longo dos anos vinte sobre a instabilidade em suas finanças no qual o país atravessava, observando que nossa base econômica era a atividade agrário-exportadora, com o café sendo o seu carro-chefe. São Paulo se tornou o centro da economia brasileira, sendo levado a partir do regime republicano a ter um papel de destaque também na política nacional. Os interesses dos cafeicultores, ao olhar dos paulistas, precisavam ser preservados e se possível ampliados em que suas necessidades deveriam ser atendidas, o que a partir da costura política firmada com os mineiros posicionou os mesmos como atores decisivos nas sucessões presidenciais das primeiras décadas do século XX³.

A defesa dos interesses político-econômicos dos paulistas estava basicamente relacionada à produção, negociação e exportação do café para o mercado internacional com as perdas sendo socializadas junto à sociedade. Como principal *commodity* brasileira do período, os cafeicultores estabeleceram laços com o poder federal a partir do apoio à eleição de candidatos ligados à oligarquia cafeeira para deles obter em troca benefícios, concessões na comercialização do produto ou acudindo em momentos de crise ou recessão econômica, como em 1906 e 1914⁴.

Esse contexto iniciado no final do século XIX vai paulatinamente gerando vozes insatisfeitas com a posição de relevo que paulistas possuíam na chamada República Velha⁵. A Aliança Liberal pode ser considerada um desses ecos que ressoaram e reverberaram em busca de mais espaço na política nacional para grupos regionais posicionados em segundo plano no jogo de poderes do período. Estados de grande importância histórica, política e econômica no Brasil como o Rio Grande do Sul conspiravam atrás de mais prestígio no cenário federal, sendo um crítico contumaz dos socorros financeiros em defesa do café, que desregulavam o

² FAUSTO, 1972 (2).

³ FAUSTO, Idem. FERREIRA e PINTO, 2006.

⁴ FRITSCH apud ABREU, 1990.

⁵ Período da história política brasileira que compreende da Proclamação da República em 1889 até a Revolução de 1930 que colocou no poder políticos ligados às oligarquias cafeeiras paulistas com o apoio dos grandes fazendeiros mineiros criadores de gado.

câmbio, desvalorizavam a moeda e prejudicavam o mercado interno que era a base da economia, por exemplo, dos gaúchos⁶.

A relação entre a Aliança Liberal e a crise que se instaurou no país no fim dos anos 20 transcende ao período em que ocorreram. Entre a primeira década do século XX e a formação da Aliança em 1929, aconteceu uma espécie de revezamento presidencial na República Velha com paulistas e mineiros ditando as regras do jogo político e econômico, em que as escolhas em direção ao Palácio do Catete passavam pelo crivo desses fortes grupos hegemônicos. Não apenas para políticos de centros regionais menores havia um desconforto com essa situação, mas também vozes dentro da imprensa da Capital Federal se mobilizaram contra a situação vigente na década de 1920, em que daremos enfoque à figura do jornalista Assis Chateaubriand, que nessa década iniciava a sua escalada em direção à formação da sua cadeia de comunicações que vieram posteriormente a ser conhecida como ‘Diários Associados’⁷, órgão que adquire robustez e poder a partir do momento que Getúlio Vargas alcança a presidência.

Iremos realizar uma análise cronológica da economia brasileira na Primeira República buscando entender a instabilidade financeira que o país viveu nesse período atrelada à exportação de café e aos humores do comércio do produto no mercado externo. A intenção é compreender o processo para entender o fim, no caso, as pressões internas e externas que geraram a formação da Aliança Liberal e a tomada de poder em 1930. Além disso, é importante um enfoque na participação de Getúlio Vargas sendo ministro da Fazenda do governo do Presidente Washington Luís em 1926, vindo depois a se tornar em 1929 o nome que a ‘Aliança’ lançou como candidato para enfrentar justamente o representante desse mesmo governo federal e da oligarquia paulista, Júlio Prestes.

⁶ FAUSTO, 2008 (1).

⁷ No final de 1930, questionado por leitores sobre se seus jornais e a revista *O Cruzeiro* se encontravam na oposição ao governo provisório de Getúlio Vargas, Chateaubriand respondia negando que tenha migrado para posições políticas contrárias, apenas seus órgãos de comunicação estavam habituados “a falar alto [...] e, como não temos hábitos palacianos, preferimos a tribuna dos nossos diários associados para debater os atos do governo [...]”. A partir daí, a cadeia de meios de comunicação do paraibano ganhava o apelido, e depois oficialmente, de Diários Associados. MORAIS, 1994, p. 261.

RAÍZ DOS FATOS: A ECONOMIA E A POLÍTICA BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Uma análise sucinta sobre a situação política e econômica da República Velha é importante para entendermos as motivações que levaram em 1929 o país a uma crise econômica e na deposição do presidente Washington Luís. Remontamos ao início do século XX, quando alguns fatos de natureza político-econômica serviram de pressupostos para a consolidação de personagens e posturas políticas, tomada de decisões econômicas e rumos cruciais para a história brasileira.

O Brasil do início do século XX possuía uma política agrário-exportadora baseada no café como principal *commodity*, tendo São Paulo e Minas Gerais como condutores da nossa economia. Demais estados viviam do comércio interno de seus produtos e conseqüentemente com pouco poder de barganha junto ao centro da política e da economia brasileira. Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia eram estados que acabaram por ser intermediários dentro do contexto político-econômico que São Paulo e Minas Gerais controlavam, tomando as rédeas da República Velha a partir do governo de Prudente de Moraes⁸.

A ratificação do poderio político que São Paulo-Minas concentravam no início do século XX, ganhando esse pacto a alcunha de ‘política do café com leite’, ficou marcado pela chamada ‘Política dos Governadores’ que determinou a movimentação de peças no jogo político do início da República Velha no governo Campos Sales em que, se reforçava a figura do chefe de Estado brasileiro apoiado por ampla maioria na Câmara Federal e Senado, tendo como contrapartida do Presidente da República o apoio incontestante às oligarquias estaduais, perpetuando o poder nas mãos do Partido Republicano⁹.

A economia brasileira do início de século XX apresentava características típicas da de países periféricos: era refém das flutuações da oferta e do preço do café comercializado com os países centrais e vivia da insegurança da economia mundial naquele momento devido às instabilidades políticas, por exemplo, na Europa o que resultava em uma retração na compra das *commodities*. Ao governo brasileiro restava manejar os instrumentos de política fiscal, monetária e cambial que não eram tão poderosos¹⁰. Poderia recorrer a financiamentos de

⁸ MENDONÇA, 2000.

⁹ Idem.

¹⁰ FRITSCH apud ABREU, op. cit..

banqueiros no exterior ou então, interferir nos preços do café através do controle da oferta do produto¹¹.

A primeira década do século XX foi um período de crescimento na economia brasileira ocorrida a partir do excelente momento que a exportação de produtos primários, como o café e a borracha estavam gerando, mas também devido a grandes investimentos que empresas e bancos europeus passaram a realizar em áreas periféricas estratégicas do planeta, como foi o caso do Brasil. O que pareceu bom terminou se tornando nocivo para a nossa frágil economia. A grande oferta desse capital estrangeiro investido no país acabou por valorizar a moeda brasileira frente à libra esterlina e ao dólar dificultando, conseqüentemente a comercialização no exterior, caso principal o café, que veio registrando uma queda ao longo da década dos seus preços, também pelo fato das ótimas lavouras colhidas que geraram uma superprodução. Essa confluência de fatores acabou proporcionando o desenvolvimento de uma crise econômica em 1905¹².

A saída encontrada pelo Governo Federal foi fixar no país o padrão-ouro em 1906 que, “vinculou a estabilidade monetária doméstica ao comportamento do balanço de pagamentos, acentuando, portanto, o caráter pró-cíclico dos déficits e superávits externos da economia primário exportadora”¹³. Ou seja, atrelou ainda mais a economia brasileira ao mercado externo com a balança comercial brasileira variando a partir do preço estipulado para o café no exterior. Junto à fixação do padrão-ouro, foi criada a Caixa de Conversão para acumulação do metal por parte do governo visando criar um fundo de reserva do padrão agora estabelecido e conter a crise econômica do ano anterior.

Em 1906 através de um acordo estabelecido no Convênio de Taubaté entre os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que objetivavam estabelecer um preço mínimo de venda do café no mercado internacional visando a valorização do produto, com o excesso sendo estocado a partir de um acordo a ser estabelecido com o Banco do Brasil para financiar a empreitada. “Prevaleceu o expediente de fixar um preço mínimo do café, com a retenção de parte da produção, [...] correspondente ao excedente do consumo mundial”¹⁴. A diferença entre o estabelecido para o preço do produto sacramentado em Taubaté com o quanto estava se pagando no mercado internacional enquanto a crise persistia seria bancado

¹¹ Sobre a participação do café nas exportações brasileiras, no século XIX o ‘ouro verde’ chegou a representar mais de 70% do valor, chegando a cerca de 51 mil sacas de 60 kg no decênio 1881-90. PRADO JUNIOR, 2008, p. 160 e 167.

¹² FRITSCH, MENDONÇA, FAORO.

¹³ FRITSCH apud ABREU, op.cit., p. 40.

¹⁴ FAORO, 1997, p. 529.

pelo país, que não aceitou as propostas do Convênio de imediato na gestão do paulista Rodrigues Alves sendo selado no governo do seu sucessor, o mineiro Afonso Pena.

Claro que esse controle político de paulistas e mineiros da economia brasileira com desmandos e medidas unilaterais não agradava o país por completo. Esse desconforto de interesses fazia estados considerados intermediários na política brasileira a questionarem ou até se rebelarem, caso do Rio Grande do Sul, que lutava pela ampliação de políticas econômicas com a intenção de desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

O poder exercido principalmente por São Paulo a partir do final do século XIX sobre a economia brasileira graças às exportações de café dificultou o processo de formação de um mercado interno no país, como expressa PAULA (2000) através de um capitalismo imposto através da transformação da terra e da mão-de-obra como mercadorias na busca incessante pelo lucro, gerando um sistema econômico com características estruturais de “atrofia, vulnerabilidade, incompletude e dependência externa”¹⁵

As dificuldades para uma integração regional dos mercados internos se manteve inalterada até o período imperial em que quatro áreas se mantinham isoladas estabelecendo poucas ligações comerciais. Nordeste, Amazônia, Extremo Sul e Minas Gerais pouco se conectavam resultado da precária malha de transportes e comunicação e com o fortalecimento das relações comerciais externas a partir do ‘ouro verde’ houve um processo de aceleração de um capitalismo alicerçado sobre o controle e posse da terra e da exploração da força de trabalho, gerando um processo de concentração econômica e, posteriormente política, das elites paulistas¹⁶.

Nesse contexto de forte polarização surgiu na política gaúcha um grupo que ficou conhecido como ‘Geração de 1907’. Tinha como proposta a valorização das atividades agrícolas diversificadas em pequenas propriedades e defender uma política econômica menos liberal e mais ortodoxa, visando o equilíbrio das contas da União¹⁷. Nesse grupo ascende aquele que destacaremos na década de 1920, alvo de nossa análise, na política nacional e se perpetuará na história brasileira: Getúlio Vargas.

¹⁵ PAULA, 2000, p. 13.

¹⁶ Idem.

¹⁷ FONSECA, 2004.

A DÉCADA DE 1910

Até 1913, o país viveu a chamada ‘era de ouro’ devido ao crescimento econômico causado pelo aumento das exportações do café no mercado internacional após adotar o padrão-ouro em 1906 e também pela boa fase pela qual passava a exportação de borracha extraída no norte do país¹⁸. Com os rumores de um forte conflito mundial na segunda década do século XX, os países centrais da economia mundial passaram a frear a possibilidade de conceder novos empréstimos para os países agrário-exportadores. Em 1912, a crise que se fortaleceria com a Primeira Guerra Mundial, toca os calcanhares brasileiros a partir da dificuldade encontrada para o levantamento de novos financiamentos para o país devido ao déficit orçamentário que o Brasil acumulava desde o final da última década e pela redução das exportações de café por conta do seu alto preço atrelado ao padrão-ouro.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro se viu na necessidade de intervir mais uma vez na economia, como ocorrido na década anterior com o acordo firmado em Taubaté. A saída foi fechar a Caixa de Conversão para evitar a fuga de ouro dos cofres públicos e acordar um novo *funding loan*¹⁹ em 1914 no valor de 15 milhões de libras, depreciando a taxa de câmbio brasileira em torno de 20 a 25% dos valores de anos anteriores.

As intervenções governamentais do mineiro Venceslau Brás na economia, que de certa forma tendiam a ser de caráter ortodoxo, promoveram o retorno do aumento das exportações brasileiras que devido à depreciação ocorrida atraiu maior volume de compras de sacas de café. O que diminuiu foram as importações devido às dificuldades para a produção de manufaturados no exterior devido ao conflito mundial e também pelas medidas radicais impostas pelo Governo Federal para equilibrar o orçamento. Dentre as medidas estavam a ampliação de impostos a diversos produtos além de emitir novas notas do tesouro e títulos federais de longo prazo. Essas medidas contribuíram para incentivar a indústria nacional através da substituição de importações e da exportação de produtos que devido ao conflito bélico na Europa, careciam nos países centrais²⁰.

¹⁸ Representa o período entre 1900 e 1913 onde ocorreu um crescimento econômico superior a 4% ao ano, a partir do avanço industrial, desenvolvimento de infraestrutura e relativa estabilidade de preços. FRITSCH apud ABREU, op.cit. Com relação ao preço do café no mercado internacional, os valores foram caindo até o início do século XX, mas era compensado a partir de superproduções, com o preço chegando ao seu nível mais baixo em 1905. Essa queda nos valores do café no mercado internacional gerou a formação do Convênio de Taubaté. MONTEIRO, 2000.

¹⁹ Inspirado no primeiro *funding loan*, empréstimo obtido em 1898 pelo presidente Campos Sales com a intenção de conter a inflação no país e o pagamento dos juros da dívida externa (MONTEIRO apud LINHARES, 2000).

²⁰ FRITSCH apud ABREU, Idem. O Autor faz uma breve análise sobre o início da I Guerra e também do Governo Venceslau Brás e as medidas econômicas adotadas no período. Sobre uma política econômica ortodoxa,

Porém, com o alongamento da Primeira Guerra Mundial, em 1917 a frágil economia brasileira se viu novamente sufocada devido às restrições que os aliados europeus passaram a ter na compra do café, o que levou o Governo Federal a lançar mão de medidas para defesa do seu principal produto. Como não poderia obter empréstimos nas instituições financeiras estrangeiras, a saída encontrada pelo presidente Venceslau Brás foi estabelecer um novo programa de defesa do café, dessa vez por iniciativa do próprio governo e indo de encontro ao início do seu mandato em que demonstrou uma postura política mais ortodoxa do que seus antecessores, onde obteve recursos para financiar os cafeicultores a partir da emissão de papel-moeda, o que gerou inflação e desequilíbrio fiscal²¹.

O ano de 1918 torna-se, a partir das medidas defensoras do café, um ano de desvalorização máxima dos salários dos trabalhadores associada à alta dos preços dos alimentos, o que promoveu insatisfações sociais que culminaram nas primeiras greves e manifestações operárias. O cenário que se desenhava com o fim da Primeira Guerra Mundial não era dos melhores para o país, mas fatores físico-climáticos em São Paulo prestaram uma ajuda para o futuro próximo da economia brasileira, encerrando com um alento o que parecia um fim de década difícil²².

A DÉCADA DE 1920: OS GOVERNOS EPITÁCIO PESSOA E ARTUR BERNARDES

O fim da década de 1910 finalizou para o Brasil com um fato climático que contribuiu enormemente para a recuperação da economia brasileira pós-Primeira Guerra Mundial. Uma forte geada atingiu o estado de São Paulo nos meses de inverno em 1918 provocando a destruição de milhares de cafezais. O jornal *Estado de São Paulo* relata nos dias 28 e 29 de junho do ano citado anteriormente os prejuízos causados pela forte geada que ocasionou em “um considerável abalo, tão grande foi o desastre” e os 2,5 milhões de pés de café “torrados pela geada” em Jundiaí, cerca de 1/3 dos cafezais²³. O que poderia ser uma péssima notícia acabou por reverter para cima o preço do produto nos países centrais.

FONSECA (2004) aponta para alguns caminhos percorridos pelos seguidos dessas medidas de ajuste da economia: orçamento equilibrado, inexistência de déficits e a precaução com dívidas e empréstimos.

²¹ FRITSCH apud ABREU, op.cit.

²² Idem.

²³ Informações obtidas em <[www.acervo.estadao.com.br /noticias/acervo,sao-paulo-congelou-em-1918,9168,0.htm](http://www.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,sao-paulo-congelou-em-1918,9168,0.htm)>, em 27 de junho de 2015. O sítio disponibiliza informações sobre a geada que ocorreu em junho de 1918 no estado de São Paulo, relatado na página por Carlos Eduardo Entini, que cita o caso de Jundiaí obtido na edição de 28/06/1918 na página 12 e do forte abalo gerado pelo fenômeno climático na edição de 29/06/1918 na página 3.

Com a poderosa atuação de massas de ar polar atlântica sob o sul e sudeste brasileiro em que houve um intenso resfriamento do ar a partir da noite, tendo temperaturas próximas ou abaixo do zero grau Celsius, ocorreu a solidificação do orvalho, conhecida popularmente como geada²⁴, o país não obteve uma superprodução do café o que não proporcionou acúmulo de grandes estoques e com o fim do conflito e início da normalização das transações interoceânicas os cafeicultores se viram com uma forte demanda pelo produto no mercado internacional, tendo preços valorizados advindo dos baixos estoques. “[...] o Brasil emergia da guerra sem nenhum dos problemas de excesso de oferta de café e equilíbrio externo que haviam ocupado o centro das decisões de política econômica em seus últimos dois anos”²⁵.

Porém, da mesma forma que houve um súbito desenvolvimento das exportações e elevações do preço após a Primeira Guerra Mundial, a recessão também foi ligeira, pois com o aumento significativo de capital estrangeiro no país houve também o aumento das importações atraídas por uma apreciação cambial satisfatória. Esses produtos estrangeiros não aportaram de imediato no país, retardado pelas dificuldades de suprimentos para produção nos países centrais, o que possibilitou um superávit comercial considerável em 1919, mas trouxe um ano de final de década com: i) uma grande demanda de produtos importados a chegar; ii) políticas econômicas conservadoras nos países europeus e Estados Unidos buscando revalorização de suas moedas; iii) queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional²⁶. O déficit comercial brasileiro em 1920 foi substancial trazendo o país de volta a uma recessão econômica e também para pressões em torno do governo federal referentes a uma nova política de defesa do café.

Dados apresentados por FAUSTO (1972) apontam que as exportações brasileiras de café diminuíram em 1,5 milhão o número de sacas, com uma redução da arrecadação em 20 milhões de libras esterlinas no biênio 1919-1920. O mineiro Eptácio Pessoa, eleito presidente em 1919, como fez seu conterrâneo Venceslau Brás um ano antes do fim da Primeira Guerra Mundial, promoveu mais um plano de defesa do café em 1921, a partir de um projeto de lei que autorizava a emissão uma pequena quantidade de notas do Tesouro e criava a Carteira de Redesconto, que “teria poderes de emitir notas do Tesouro até um limite passível de ampliação pelo Presidente da República, contra títulos comerciais, e proibia explicitamente

²⁴ Gotas d’água que se formam nas madrugadas frias a partir da condensação do vapor d’água onde há contato entre uma superfície fria e um ar que se encontra mais quente e úmido que a superfície. Para o conceito de geada e orvalho: MENDONÇA, Francisco e DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **ClimAtoloGia**: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de textos, 2007.

²⁵ FRITSCH apud ABREU, op. cit., p. 45.

²⁶ Idem.

o redesconto de títulos públicos”²⁷. O governo buscava meios de equilibrar as finanças a partir da intervenção econômica no seu principal produto à época visando evitar mais uma forte recessão.

Nesse contexto que a economia apresentava para o país no início da década de 1920 a partir da mais nova defesa do café, uma campanha presidencial estava em curso com forte disputa entre a situação e um bloco de oposição denominado ‘Reação Republicana’. Enquanto São Paulo-Minas lançavam o nome do mineiro Artur Bernardes para dar continuidade ao projeto político que controlava o país na República Velha, um grupo opositor formado por políticos do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal que se unem em torno da candidatura do fluminense Nilo Peçanha. No plano econômico, o ‘Reação’ tinha como metas o combate a inflação, era a favor da conversibilidade da moeda, defendia os orçamentos equilibrados, ou seja, sentia o momento propício a políticas ortodoxas e tendo como importante fiador os políticos sul-rio-grandenses.

Estes princípios doutrinários [ortodoxia] materializavam-se em termos de políticas econômicas, em crítica às frequentes desvalorizações cambiais, implementadas ao longo da Primeira República com vistas a proteger as atividades exportadoras, as quais eram tidas como artificiais e encarecedoras dos produtos do mercado interno. O apoio do governo gaúcho à candidatura de Nilo Peçanha, em 1921, teve como um dos argumentos centrais sua proposta de deflação, em contraposição a Artur Bernardes, tido como ‘inflacionista’²⁸.

A política gaúcha defendia uma postura econômica mais voltada para o mercado interno buscando valorizar a produção regional em que havia uma tradição de atividades agrícolas diversificadas e pautadas em pequenas e médias propriedades, postura adotada pelos governos republicanos no estado, e a condução para a economia que Bernardes daria provavelmente ia continuar sem trazer grandes vantagens financeiras para os sul-rio-grandenses²⁹.

“[...] Bernardes herdava, [...], um balanço de pagamentos extremamente vulnerável e crônica crise fiscal que atingira gravemente a capacidade de financiamento do Banco do Brasil e que condicionaria a definição de seu programa de política econômica”³⁰ que tinha como meta uma reforma monetária transferindo poderes ao Banco do Brasil que passava a ter função de banco central e trazia também um novo programa de defesa do café.

²⁷ Ibidem, pp. 47-8.

²⁸ FONSECA, op. cit., p. 10.

²⁹ FONSECA, Ibidem.

³⁰ FRITSCH apud ABREU, op. cit., p. 51.

O novo plano de defesa vinha para enxugar a máquina do estado do ônus resultante das constantes flutuações e instabilidades do preço do café no mercado internacional, de certa forma abraçando os princípios da “Reação Republicana” que buscava um orçamento mais equilibrado. O programa determinava que o cafeicultor passasse a ficar responsável pelo excedente e não mais a União, estocando o produto em áreas estratégicas próximas aos meios de transporte cruciais para a exportação do café. Já o Banco do Brasil no novo governo ganhava poderes de emissão de moeda podendo utilizar esse artifício em momentos de extrema necessidade como o acontecido em 1922 com a negação de empréstimos externos ao país devido os programas de defesa do café implementados pelo governo brasileiro na década de vinte.

Mesmo com a intenção de buscar um equilíbrio fiscal e cambial, o governo Bernardes teve que ser socorrido por um empréstimo através de bancos estrangeiros visando estancar uma nova crise econômica que se aproximava. O governo estava impedido, por conta de outro contrato de empréstimo, de implementar um novo plano de valorização do café antes de liquidar o acordo firmado anteriormente, levando então a tomar uma atitude de negociação dos estoques de anos anteriores para saldar a dívida com o intuito da obtenção de um novo empréstimo. Somado a isso, a safra de 1923 era quase o dobro da do ano anterior fazendo o preço do café despencar, acendendo o alerta no governo em busca de uma solução para a crise que batia à porta.

A saída foi utilizar os novos poderes que o Banco do Brasil possuía, de emitir moeda para estancar a crise como medida interna, e a obtenção de um empréstimo junto a instituições financeiras internacionais, como medida externa. O empréstimo não foi obtido, resultado das restrições de governos europeus que buscavam a valorização das suas moedas pós-Primeira Guerra, enquanto a emissão de moeda gerou inflação. Mesmo com as exportações tendo bons resultados em 1924, a alta nas importações dificultava o equilíbrio cambial. Ou seja, não adiantava vender mais café se o nível das importações continuava elevado, contraindo dívidas em moeda estrangeira, o que se refletia no dia a dia da população que via os ganhos salariais perderem poder de compra³¹.

Após a Revolta Paulista em 1924, movimento como forte ligação com o tenentismo³² de 1922, que exigia reformas sociais e políticas a partir da destituição do presidente Artur Bernardes, o Governo Federal resolveu realizar profundas transformações econômicas

³¹ FRITSCH apud ABREU, op.cit.

³² Movimento político-militar de oficiais de baixa e média patente do Exército brasileiro descontentes com os rumos da política brasileira àquela época.

objetivando salvar o que restava de tempo para o seu mandato. Como ocorre em momentos de crise, o governo anunciou planos de austeridade fiscal e cambial para conter a inflação e a fuga de divisas, além de se aproximar de figuras defensoras de uma política mais ortodoxa, tendo a intenção de ‘arrumar a casa’³³.

Bancos ingleses e estadunidenses condicionavam novos empréstimos para o país atrelado ao fim dos planos de defesa do café que o governo mantinha desde a década de 1910. Para o êxito das políticas ortodoxas que Bernardes propunha, os empréstimos estrangeiros eram cruciais, então a necessidade fez com que o governo pusesse fim ao esquema de proteção do produto, passando a responsabilidade para a esfera estadual, no caso, o governo paulista³⁴.

Artur Bernardes com essa medida se afastou politicamente dos paulistas e transmitiu à sociedade uma nova orientação econômica, que era o início de uma política deflacionária resultado das dificuldades cambiais e financeiras à época e de valorização de outros produtos agrícolas, não ficando apenas preso em preocupações com o café. Em 1925 as principais medidas da nova política do governo foram: elevação de taxas por parte do Banco do Brasil, maior controle do orçamento, retirada de notas do Tesouro de circulação visando conter a inflação, manutenção de uma política monetária restritiva, afastou da Fazenda e do Banco do Brasil nomes ligados às oligarquias paulistas³⁵.

As políticas ortodoxias agradavam a outra ala do Partido Republicano, em que tinha os gaúchos como principais representantes, onde se aproximaram do presidente no final do seu mandato. De certa forma, Bernardes fomentou esse apaziguamento na relação com os políticos do Rio Grande do Sul, questionadores da postura liberal dos governantes do próprio partido no período da República Velha. O presidente buscava estabilidade para a disputa eleitoral de 1926, onde obteve ao conseguir emplacar o paulista Washington Luís como candidato e favorito nas eleições que, para demonstrar de vez a sua intenção de manter as políticas econômicas corretivas do final do período Bernardes, nomeou para ministro da Fazenda um dos políticos gaúchos da nomeada ‘Geração de 1907’ que vinha tendo destaque no cenário federal da suposta década, com a missão de representar o Rio Grande do Sul no pelotão de frente da política da República Velha: Getúlio Vargas.

³³ FRITSCH apud ABREU, op.cit.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

GOVERNO WASHINGTON LUÍS, VARGAS, ALIANÇA LIBERAL, CRISE DE 1929

Correspondências trocadas entre Borges de Medeiros e Vargas revelam sua surpresa frente ao convite presidencial, pois alegara sua ‘incompetência’ em assuntos da área financeira, apesar de, desde maio de 1926, integrar a Comissão de Finanças da Câmara (Vargas, 1997, p. 38, 48). Havia, entretanto um contexto propício à aproximação entre Washington Luís e os políticos do PRR: a preocupação com a austeridade monetário-financeira, prioridade assumida pelo presidente eleito³⁶.

O Partido Republicano Sul-Rio-Grandense vinha buscando adquirir mais espaço na política nacional, tentando ser além de um estado intermediário, dificuldade essa encontrada pela bipolarização São Paulo-Minas no cenário político da República Velha. Após uma conturbada eleição de 1922 com a formação da ‘Reação Republicana’, se almejava para 1926 um consenso entre o partido preponderante à época. O afago feito ao PRR tinha relação com a bandeira ortodoxa defendida pelos gaúchos para a economia brasileira. Washington Luís foi eleito para dar continuidade aos ajustes econômicos que o país precisava.

O ministro Getúlio Vargas promoveu uma reforma financeira considerada radical, pressionado pelos industriais e exportadores que em 1926 faziam oposição às políticas econômicas de austeridade que marcaram o final do último governo, mas que no novo contexto político que o país iria enfrentar já se mostravam obsoletas. Com isso, o governo estabeleceu como reformas econômicas a fixação da taxa de câmbio (6 dinheiros por mil-réis) e a criação da Caixa de Estabilização com o objetivo de fazer a conversão para essa nova taxa do antigo padrão-ouro na proporção fixada, buscando o estoque do metal suficiente para a estabilidade estipulada pelo governo buscando iniciar o projeto de mudança de unidade monetária para o cruzeiro, que começaria valendo os mil-réis da taxa de câmbio determinada³⁷.

A passagem de Vargas no Ministério da Fazenda foi breve, pois em 1927 o mesmo retorna ao seu estado para ser eleito governador, mas continuou extremamente conectado aos fatos políticos da Capital Federal. Chegou ao Rio de Janeiro para o posto de deputado federal em 1924, demonstrando rapidamente sua desenvoltura política para a negociação e a conciliação ao se tornar líder da bancada republicana gaúcha no governo Bernardes.

Uma dessas personalidades que se aproximou do gaúcho nessa fase foi a do paraibano Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, advogado e jornalista que batalhava há alguns anos na Capital Federal em busca de se tornar proprietário de um jornal, feito alcançado no segundo semestre de 1924.

³⁶ FONSECA, op. cit., p. 10.

³⁷ FRITSCH apud ABREU, op.cit.

Ao perguntar pelos planos de Chateaubriand para o futuro, Vargas ouviu-o dizer que nos próximos meses queria criar um vespertino novo no Rio de Janeiro e, logo em seguida, montar ou comprar um jornal em São Paulo e outro em Minas Gerais, dando início a uma cadeia nacional de informação. A pronúncia da palavra 'nacional' fez brilhar os olhos do deputado: - Mais do que qualquer outra coisa, este país precisa de instituições que lhe dêem unidade. Cada estado brasileiro é uma ilha voltada de costas para as outras, como se fossem países diferentes. A cadeia de jornais que tu projetas pode ser um embrião da unidade nacional por que eu tanto luto. Se precisares de ajuda para a realização de seus planos, podes contar comigo³⁸.

O diálogo acima ocorreu entre 1924 e 1925 entre os dois personagens do texto. Getúlio Vargas era então deputado pelo Rio Grande do Sul e Assis Chateaubriand recém-proprietário do seu primeiro periódico, *O Jornal*. A conversa demonstra que por caminhos diferentes ambos estimavam alcançar o controle político nacional, inicialmente através da informação, que conseqüentemente lhes dariam poder político. O encontro do gaúcho formado na linhagem ortodoxa do Partido Republicano Sul-Rio-Grandense com o paraibano de tendência liberal intimamente entrelaçado ao capital estrangeiro em meados da década de 1920 edificou uma relação que modificou profundamente os rumos da política brasileira na primeira metade do século XX. De um lado, Vargas buscava o poder, ampliando sua influência política almejando voos maiores aos permitidos até então a políticos fora do centro econômico do Brasil. Do outro lado, Chateaubriand vinha do Nordeste rumo ao Rio de Janeiro com a intenção de construir um império jornalístico, aos moldes do que William Hearst tinha alcançado nos Estados Unidos³⁹.

Chateaubriand buscava, como expressou a Vargas, formar uma cadeia de jornais nos três centros político-econômicos do país⁴⁰ para dali expandir os seus tentáculos. Começava pela Capital Federal, mas para concretizar seu plano inicial apenas estar perto dos poderosos economicamente era pouco. Assis via que necessitava se aproximar também do poder político e o emergente deputado gaúcho seria sua aposta para conquistar seu objetivo.

Os dois personagens citados eram extremamente hábeis na arte de farejar pistas que levassem em qual caminho seguir referente ao jogo político nacional. Minas Gerais não digeriu satisfatoriamente o fato de ter sido preterido na escolha do nome para a sucessão presidencial de 1926. Apesar da insatisfação mineira, a escolha de Vargas para um dos cargos

³⁸ MORAIS, 1995, p. 145.

³⁹ William Hearst foi um magnata das comunicações nos Estados Unidos no início do século XX possuindo dezenas de jornais, revistas, cadeias de rádio. Para saber mais sobre a relação entre Hearst e Chateaubriand conferir em: WAINBERG, 2003.

⁴⁰ São Paulo, Rio de Janeiro (então Capital Federal) e Minas Gerais.

mais importantes da República demonstrava a jogada de Washington Luís e dos paulistas de se aproximar do grupo político gaúcho que reivindicava mais espaço nas grandes decisões nacionais e de certa forma buscava atirar Minas Gerais ao ostracismo⁴¹.

Porém os mineiros tinham mais a oferecer aos republicanos sul-rio-grandenses do que apenas uma maior relevância no cenário nacional. Vargas deixou o ministério de Washington Luís no final de 1927 e iniciava o novo ano eleito governador do seu estado trazendo consigo o desejo do consenso entre os históricos adversários republicanos e federalistas na terra dos pampas. Logo após tomar posse, Vargas recebeu Chateaubriand para uma entrevista onde aproveitou a ida a Porto Alegre para costurar um encontro entre Vargas e o governador mineiro Antônio Carlos onde o jornalista “não escondia o entusiasmo por ter sido ‘o santo Antônio que alcovitou um namoro que pode mudar a cara do Brasil’”⁴².

A sua contribuição de fato foi salutar. Buscando fortalecer o seu projeto de formação de uma rede de meios de comunicação, Chateaubriand exercia um papel político importante dentre as lideranças do Partido Republicano insatisfeitas com os rumos que a ala paulista do PR trilhavam para as eleições de 1930, em que acreditavam em uma maior diversidade econômica para além das exportações agrárias concentradas em torno do café. Além da expansão de jornais inicialmente pelos principais centros urbanos brasileiros, Assis almejou a criação de uma revista nacional, algo inédito no país até então. Com apoio substancial ao projeto dado por Getúlio Vargas, que intermediou junto a um banqueiro o levantamento do capital para montar a magazine⁴³, Chateaubriand lançou no final de 1928 a revista ‘O Cruzeiro’. De norte a sul do Brasil, milhares de brasileiros passavam a ler a mesma notícia, o mesmo pensamento, os mesmos anunciantes, mas também os mesmos interesses, as mesmas manipulações. Respirava-se um cheiro de unidade nacional, integração e como o jornalista paraibano vivia uma ótima relação com o político gaúcho até então, foi intensificada a imagem de estadista de Getúlio na revista semanal veiculada pelo país a cada semana, o que viria posteriormente a ajudar a propagar a campanha da Aliança Liberal nas eleições de 1930.

Voltando à análise da economia brasileira, 1928 foi o ano em que a política ortodoxa adotada pelo presidente Washington Luís começou a apresentar os primeiros sinais de que algo muito ruim estava por vir. Como sabemos, a economia brasileira que à época era fortemente atrelada às atividades agroexportadoras, por mais que fossem elaboradas medidas

⁴¹ FAUSTO, op. cit (1).

⁴² MORAIS, op. cit., p. 176.

⁴³ Ibidem.

econômicas com o intuito de estabilizar a balança comercial do país e realizar ajustes cambiais e fiscais, dependia das demandas pelo produto no mercado internacional.

Crises mundiais como a de 1893 afetaram decisivamente os Estados Unidos e a depressão econômica em 1897 fizeram os preços de produtos agro-exportadores, como o café brasileiro, despencarem no final do século XIX⁴⁴. A nova crise que se aproximava na terceira década do século XX era mais uma prova do limite que a economia brasileira chegava, resultado da forte dependência da venda de produtos primários para o comércio externo. Ou seja, se a economia mundial começasse a ir mal e demonstrando sinais de retração, o projeto econômico implantado por Washington Luís sofreria sérias possibilidades de naufragar.

Com a economia indo bem a partir das medidas implementadas por Vargas enquanto se encontrava no Ministério da Fazenda⁴⁵, a Caixa de Estabilização se ampliava ao mesmo tempo em que o governo paulista avançava no programa de defesa do café que desde 1925 estava sob os cuidados do governo de São Paulo, que através da criação do Instituto do Café⁴⁶ contraiu financiamentos externos para fomentar a cafeicultura no estado. Apesar do bom momento, fatores como uma possível super safra poderiam pressionar os recursos do instituto ou uma retração da demanda mundial pelo produto que poderia manter uma quantidade considerável de café sobre o controle da instituição aumentando seus gastos ou também a dificuldade em obter no sistema bancário nacional linhas de crédito causando um descontrole do sistema econômico que girava em torno do produto⁴⁷. Como a economia mundial começou a demonstrar sinais de crise a partir de 1928 e com a manutenção das políticas ortodoxas sustentadas pelo padrão-ouro e pela Caixa de Estabilização, uma forte pressão política e econômica passou a tomar conta do Brasil no ano citado.

De acordo com FRITSCH (1990), a cronologia da crise que veio a explodir em 1929 seguiu a referida ordem no país: houve uma estagnação das exportações no ano de vinte e oito, porém com o bom desempenho da economia desde o início do governo Washington Luís, as importações cresceram provocando desequilíbrio cambial; passou a ocorrer uma contração do saldo em conta corrente e na segunda metade de 1928, uma diminuição

⁴⁴ Em 1893, a saca de café custava 4,09 libras esterlinas. Já em 1896, caiu para 2,91 libras e um ano depois com uma nova depressão o preço caiu ao ponto de chegar a 1,48 libra em 1899. FURTADO, 2005.

⁴⁵ No triênio 1926-1928, o PIB brasileiro teve um crescimento de 5,2%, 10,8% e 11,5%, respectivamente. O café encontrava-se com preços elevados no mercado internacional e com a produção crescendo mais de 69% em 1927. Ver mais em: DEZORDI, Lucas Lautert. **Fundamentos de Economia**. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2010. A manutenção artificial dos preços elevados do café no mercado internacional fazia com que de 20,9 milhões de sacas produzidas apenas 14,1 milhões fossem exportadas. A diferença era retida pela política de defesa do café. FURTADO, Idem.

⁴⁶ Órgão criado em 1924 quando da passagem da responsabilidade de defesa do café da esfera federal para a esfera estadual a partir das medidas executadas por Artur Bernardes.

⁴⁷ FRITSCH apud ABREU, op. cit..

temporária do fluxo de empréstimos externos de longo prazo; reflexo logo na Caixa de Estabilização, que registrou queda no depósito de capitais; o governo se previne, reduzindo os empréstimos ao setor privado; a produção industrial, com a diminuição dos investimentos, entra em queda; a defesa do café se tornou insustentável entrando em colapso a sua sustentação financeira, o que foi agravada com uma safra recorde em 1929 ampliando o tempo de estoque do produto e aumentando a saída de divisas do Instituto do Café; com a crise mundial prestes a eclodir, Londres bloqueou financiamentos externos a partir do terceiro trimestre de 1929, quebrando a instituição criada para proteção do produto e, conseqüentemente, a economia brasileira.

De acordo com CANO (2012), antes mesmo da chegada de outubro de 1929 quando é deflagrada a crise em escala mundial, ela atinge meses antes a economia brasileira. Ainda de acordo com o Autor citado, o mesmo acredita que “mesmo se não ocorresse a crise internacional, o Brasil teria duas crises severas, a do café e a industrial”⁴⁸. Ou seja, a adversidade que o ouro verde poderia causar referia a mais uma superprodução para 1929-1930 com o dobro de possibilidades de exportação enquanto a instabilidade financeira interna impossibilitaria investimentos nas indústrias, entrando as mesmas em colapso.

Com a crise a postos e na iminência das eleições de 1930, a movimentação política se intensificou tendo um novo cenário com a oficialização em 1929 da formação da Aliança Liberal, uma união de grupos políticos dissidentes da política estabelecida na República Velha dentro do próprio partido republicano que controlava o país há pelo menos duas décadas⁴⁹. Com a confirmação do apoio de Washington Luís ao governador de São Paulo, Júlio Prestes, os políticos do PRM (Partido Republicano Mineiro) se aliaram aos republicanos gaúchos, a Assis Chateaubriand e a mais alguns grupos oposicionistas, lançando a candidatura de Getúlio Vargas para as próximas eleições⁵⁰. O ‘namoro’ alcovitado por Assis Chateaubriand entre os governadores mineiro e gaúcho contribuiu para estreitar os laços referentes à ideia de lançar um candidato alternativo ao binômio que São Paulo e Minas Gerais determinavam naquele contexto da política nacional.

De certa forma, a Aliança Liberal vinha muito mais com a intenção de preencher os espaços de insatisfação da classe média urbana ascendente, dos produtores agrícolas voltados ao mercado interno, dos industriais e até mesmo de parte do proletariado, como abordado por CANO (2012). Como os formadores do grupo político que até pouco tempo estavam ao lado

⁴⁸ CANO, op. cit., p. 910.

⁴⁹ FERREIRA e PINTO, FONSECA.

⁵⁰ FERREIRA e PINTO, op. cit.

ou próximos do poder central da República Velha, a Aliança Liberal demonstrava ser muito mais uma dissidência dentro do partido centralizador do que uma oposição que vinha traçar novos rumos e ideais à política brasileira. FAUSTO (1972) argumenta que “a Aliança tratou de não romper os limites do sistema, com o qual a maioria de seus chefes estava comprometida”⁵¹, evidência disso foi a carta escrita por Vargas a Washington Luís se mostrando disposto a desistir da candidatura, caso o presidente mudasse a sua escolha sucessória e nos posicionamentos mais cautelosos relacionados à defesa do café e à política ortodoxa, defendendo, por exemplo, o programa de estabilização financeira de W. Luís.

Não havendo o consenso que parecia ser almejado por Vargas, a campanha eleitoral seguiu acirrada tendo a Aliança Liberal um papel de influência na manutenção do programa de estabilização do último governo da República Velha, contribuindo para ruir o castelo erigido em torno da comercialização do café para atender as demandas do mercado internacional que durou cerca de quarenta anos. O governo Washington Luís, mesmo tendo sido eleito com o apoio dos cafeicultores, não permitiu a liberação de capital para o Instituto do Café a fim de evitar uma queda vertiginosa dos preços do produto alegando seguir com seu plano de estabilidade cambial e de mudança monetária para o cruzeiro⁵². FRITSCH (1990) destaca a influência da Aliança Liberal como capaz de conter possíveis mudanças no curso do projeto econômico de Washington Luís, plano esse que, de acordo com o mesmo Autor, gerou um forte desequilíbrio nas finanças do país onde o governo acreditava na possibilidade de obter um grande empréstimo para conter a crise.

Nem o financiamento foi conseguido devido ao aprofundamento da crise mundial, nem os republicanos paulistas conseguiram se manter no poder. Dentro do PR ascenderam politicamente aqueles que destituiriam o mesmo do controle nacional, trazendo uma nova ordem ao país tanto política como econômica. A ortodoxia continuou a ser a política econômica do novo governo, tendo um longo caminho na busca do controle cambial e do equilíbrio financeiro: agora precisando ser capaz de ir além da cafeicultura como principal financiador da economia nacional.

⁵¹ FAUSTO, op.cit., p. 41 (2).

⁵² FRITSCH apud ABREU, op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades reinantes no processo de integração econômica que o país viveu durante o período colonial e imperial geraram um forte isolamento de mercados internos existentes e com o crescimento das relações comerciais externas brasileiras a partir de São Paulo no final do século XIX pautadas na monopolização de terras e na exploração da força de trabalho, tornaram cada vez mais centralizadas o poder econômico e conseqüentemente político em torno do leite (Minas Gerais) e principalmente do café (São Paulo).

As lideranças políticas do Rio Grande do Sul, desde o início da Republica Velha buscaram enfrentar essa polarização, tanto que as principais mobilizações políticas para transcender o poder central vigente, no caso a ‘Reação Republicana’ e a ‘Aliança Liberal’, foram produto do envolvimento e interesse dos políticos gaúchos do PR para alcance de maior importância no cenário nacional. Vale destacar também a fragilidade em conduzir a economia brasileira ao longo da Republica Velha com planos de defesa do café e seguindo a onda liberal que tomava conta das economias nacionais no início do século XX. Por não variar na oferta de *commodities* para o comércio externo, o Brasil dependia da forma como o café, seu principal produto, seria recebido nos mercados dos países centrais onde poderia enfrentar a baixa procura pelo produto, uma superprodução que despencava os preços ou a impossibilidade de financiamentos para investir na produção. Essas questões fizeram o país suportar várias crises ao longo da Republica Velha fazendo com que medidas de proteção e defesa fossem realizadas, porém deteriorando as relações políticas e sociais internamente.

A movimentação política para trilhar um caminho alternativo ao *status quo*, se apresenta a partir da ‘Reação Republicana’ para as eleições de 1922, mas demonstra robustez, amadurecimento e maior articulação com a ‘Aliança Liberal’ devido ao ponto crucial: o apoio mineiro ao grupo dissidente para as eleições de 1930. O Rio Grande do Sul aliado com outros estados como Bahia, Pernambuco não teriam condições de enfrentar a máquina política que as oligarquias agrário-exportadoras tinham construído para se manterem no poder central.

A ‘Aliança’, mesmo sem ainda não ter sido formada, teve o poder de influenciar o ocaso da Republica Velha com uma política econômica mais ortodoxa e buscando uma maior estabilidade cambial, resultado do que desejavam meios sociais ascendentes como a classe média urbana, a classe operária e os industriais que cobravam uma maior preocupação com os assuntos econômicos internos.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder demonstrou a falta de fôlego do velho regime em se adequar aos novos tempos que viriam. Uma maior atenção passa a ser dada ao setor

industrial com a recuperação da economia ao longo da década de 1930, porém o país saiu de uma centralização política em torno de dois estados economicamente dominantes para um governo de caráter populista concentrado em torno da figura do presidente, que se perpetuou por longos 15 anos.

REFERÊNCIAS

CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Revista Economia**. Brasília, v. 13, n. 3b, p. 897-916, set./dez. 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed., São Paulo: Globo, v. 2, 1997 [1957].

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 2ª reimpressão. [2006] (1)

_____. **Pequenos ensaios de História da República**. 1889-1945. São Paulo: Cebrap, 1972. (2)

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FONSECA, Pedro C. D. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira Republica. **Revista Economia**. Brasília, v. 13, n. 3b, p. 843-866, set./dez. 2012.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Cap. 2, p. 31-72.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32 ed., 2005. [1959]

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 9 ed. p. 316-26. [1990]

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 9 ed. p. 302-15. [1990]

MORAIS, Fernando. **Chatô: O rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PAULA, João Antônio de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. **Revista História Econômica & História de Empresas**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-39, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008 [1945].

WAINBERG, Jacques A. **Império de palavras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2 ed., 2003.

Recebido em 15/10/2015
Aprovado em 24/08/2016